

Café: Ressuscitando o Barão do Rio Branco

Wolmar R. Loss, Eng^o Agr^o
MS em Desenvolvimento Econômico
Luís Son,
Administrador de Empresa

O café brasileiro entra em novo ciclo de desafios, retornando o tema da sustentação de preços minimamente aceitáveis para os produtores. Este é um momento de reflexão, para o que este artigo tem o propósito de contribuir.

A história das flutuações cíclicas de preços do café é sobejamente conhecida, e vem desde os primórdios da cafeicultura brasileira e capixaba. Dizia o futuro Barão do Rio Branco, em 1882, quando Cônsul em Liverpool, Inglaterra, sobre a valorização do café no exterior: ***“Não bastarão, entretanto, as exposições e a propaganda. Serão indispensáveis... providências a fim de que nos grandes centros de consumo se encontre à venda em alguns dos retalhadores (distribuidores) mais conhecidos, e debaixo de seu verdadeiro nome, o bom café do Brasil.”***

História velha, mas atual e desafiante, eis que passados quase dois séculos, nossa condição de exportador de café verde pouco mudou, tingida desde sempre com interesses fiscalistas e arrecadatários, distribuindo aos produtores, para atenuar a pressão, migalhas em subvenção e subsídios, sempre acenando com valorização interna do café, como estratégia para assegurar o market share brasileiro no mercado internacional de café verde. Os avanços observados no parque industrial e nas exportações de industrializados, embora importantes,

são ainda muito pouco, para firmar o maior produtor do mundo como grande exportador de solúveis e industrializados.

Os dados, também históricos, nos mostram que nenhuma política intervencionista do Estado logrou êxito permanente. Tivemos todas as experiências clássicas de políticas de sustentação de preços: estocagens, queima de café, confisco, erradicação, contingenciamentos etc. Tanto é verdade que os movimentos cíclicos de preços continuam, e os ganhos de produtividade acabam sendo transferidos para os países consumidores, em vista da demanda inelástica do café.

A tecnologia avança, os processos tecnológicos se aperfeiçoam e, cada vez mais, menor proporção do valor dos negócios mundiais do café fica com os países produtores (algo em torno de 8 a 10%, apenas). E o pouco que fica é desigualmente distribuído entre os elos da cadeia produtiva, cabendo a maior parte do passivo, sempre que os ciclos de baixa assim o determinam, à conta do cafeicultor. O fato é que, em sistemas competitivos e em condições de oferta abundante de café, todos perdem, mas perde mais quem está na ponta da produção, pois todos tendem a se proteger, aumentando margens e repassando custos. Nestas circunstâncias, o produtor, no curto prazo, não tem a quem recorrer.

Estamos vivenciando um período excepcional para o redesenho da política industrial do café brasileiro, visando reposicionar o País no contexto da indústria de torrefação e solúvel, para atender aos mercados interno e externo.

O momento econômico é excepcional porque: (i) somos o maior produtor e maior exportador de café verde e seremos, também, nos próximos 2 ou 3 anos, o maior consumidor mundial de café; (ii) a tecnologia de produção se qualifica, cada vez mais, (ou assim será exigida), para a produção de cafés em diferentes ambientes, com cultivares específicos, ampliando o leque de qualidade de grãos e bebidas de café, o que, no médio prazo, limitará ou anulará as possíveis e temidas importações no regime drawback; (iii) os fundamentos econômicos e as condições para o financiamento de uma nova política industrial são favoráveis, permitindo incentivar o setor privado, inclusive com participação de grandes players internacionais da indústria do café, em associação com os empresários nacionais (há, inclusive, indicações consistentes de que o capital financeiro especulativo tende, por decorrência da atual crise econômica, a se deslocar, em parte, para as aplicações produtivas).

Naturalmente, os incentivos ao setor privado devem alcançar as exportações do industrializado, a formação de estoques internos visando ao fluxo de matérias primas para as indústrias, e também, a garantia de preços mínimos compatíveis para os produtores, com o propósito de não perder a posição de liderança brasileira, no mercado mundial do café, com expressão crescente dos solúveis e torrados, gerando empregos substanciais e de qualidade para a sociedade brasileira.

Seguramente, a questão do drawback, temido pelos produtores, para atender à indústria em momentos de eventual escassez interna, em vista da demanda de um parque industrial robusto, ficará menor, porque tudo deverá ser condicionado à proteção sanitária da lavoura e à remuneração razoável para todos os atores da cadeia produtiva do café,

aí indispensavelmente incluído o cafeicultor brasileiro, elo historicamente mais fraco do setor.

Neste cenário, a flutuação dos preços não será tão exacerbada como tem sido historicamente, e as transferências de renda para os países consumidores serão também suavizadas, porquanto parte crescente dela permanecerá em nosso País, rompendo o histórico círculo vicioso. Boa reflexão, e que o Barão do Rio Branco descanse em paz.